

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CAMPUS DO CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS, REALIZADA EM 01.02.2018.

1 Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, no minianfiteatro do Prédio II do *Campus* São João
2 del-Rei do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, com início às
3 quatorze horas e trinta minutos, realizou-se reunião ordinária do Conselho de *Campus*, sob presidência do
4 Diretor-Geral do *Campus*, Ataulpa Luiz de Oliveira. Estiveram presentes: os técnicos administrativos Débora
5 Ferreira Matias, Diogo Pereira Matos, Jackson de Souza Vale, Juliana Rodrigues de Almeida e Luciana
6 Laudares de Castro; e os professores Ailton Magela de Assis Augusto, Carlos Augusto Braga Tavares, Isabella
7 Cristina Moraes Campos, Ivete Sara de Almeida, Janaína de Assis Rufino e Vitor Cordeiro Costa. Havendo
8 quórum, o presidente iniciou a primeira reunião do Conselho no ano de 2018 cumprimentando os conselheiros.
9 Em seguida falou sobre a pauta do dia. Após isso, passou à deliberação sobre as atas das reuniões realizadas nos
10 dias 06/12/2017, 07/12/2017 e 22/12/2017. Questionou se haveria, por parte dos conselheiros, sugestões de
11 alterações destes documentos, além das recebidas pela secretaria. Não havendo manifestações, leu, então, as
12 sugestões encaminhadas pela conselheira Isabella, relacionadas à ata da reunião realizada nos dias 06 e
13 07/12/2017. A primeira solicitação é de inclusão do relato do conselheiro Carlos acerca de socorro prestado a
14 uma aluna no *campus*. Na segunda, foi proposto que conste, na linha 106, o nome da Comissão para Elaboração
15 do Protocolo Interno de Suporte Básico à vida. Na terceira, solicita o acréscimo, na linha 113, da informação de
16 que a comissão sugeriu o mini-refeitório do Prédio II e o antigo Laboratório de Enfermagem do Prédio I como
17 locais ideais para a instalação das salas de observação, por terem pias e maior privacidade aos docentes e
18 discentes que estiverem passando mal. Por último, pede a reprodução na íntegra da nota de esclarecimento lida
19 por Carlos, relacionada ao questionamento enviado por e-mail pela Professora Isabel. O presidente deu abertura
20 aos conselheiros para possíveis manifestações. Com a palavra, a conselheira Isabella informou que esta,
21 provavelmente, será a última reunião do Conselho da qual participará, pois se afastará para cursar doutorado.
22 Agradeceu pela troca de experiências e aprendizado durante o período. Explicou que suas sugestões
23 relacionadas ao relato e à nota de esclarecimento, ambos do conselheiro Carlos, foram feitas para dar voz a uma
24 solicitação, considerando sua posição de representante dos docentes neste órgão colegiado. Juliana pediu a
25 palavra para manifestar-se favorável à inclusão em ata do nome da comissão, conforme proposto. Disse
26 discordar da citação em pauta da sugestão de localização das salas de observação, por ter havido manifestações
27 contrárias relacionadas ao assunto, e por constar na ata a conclusão de que a presidência estudará o local mais
28 adequado. Também discordou da sugestão de inclusão do relato de Carlos, feito dentro de um assunto que não
29 constava em pauta. Ressaltou, ainda, que a ata deve se restringir aos pontos principais abordados durante a



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

30 reunião, levando-se em conta sua pertinência, bem como o caráter deliberativo do Conselho de *Campus*. Isabella
31 disse que a ata deve retratar o que foi dito e, em relação à localização das salas de observação, trouxe ao
32 Conselho a pedido da comissão. Dessa forma, esclareceu que, ao constar em ata, ficaria claro que o assunto foi
33 levado ao órgão, mas que não está encerrado. O presidente passou à votação sobre a inclusão relacionada à linha
34 106. Com nove votos favoráveis e uma abstenção, a alteração foi aprovada. Em seguida, votou-se a inclusão na
35 linha 113. Com um voto favorável, três votos contrários e sete abstenções, a alteração não foi aprovada. O
36 conselheiro Carlos pediu a palavra para afirmar que este foro não tem competência para tratar de questões
37 políticas e pessoais, por ser um órgão que trata de temas de relevância institucional. Falou, ainda, que a ata
38 retrata de forma escrita os assuntos discutidos na reunião, não se tratando de transcrição. O presidente
39 questionou se haveria mais algum apontamento relacionado ao assunto. Não havendo, leu o artigo 1.º do
40 Regimento Interno do Conselho de *Campus*, que trata da natureza e finalidade do órgão. Passou-se à votação da
41 inclusão em ata do relato do conselheiro Carlos. Com um voto favorável, quatro votos contrários e seis
42 abstenções, a alteração não foi aprovada. Após isso, foi votada a inclusão da transcrição da nota de
43 esclarecimento lida por Carlos. Com um voto favorável, quatro contrários e seis abstenções, a alteração não foi
44 aprovada. A conselheira Isabella pediu a palavra, solicitando que constasse em ata que, entre suas sugestões de
45 alteração, a única aprovada foi aquela não dita durante a reunião. Portanto, afirmou que não assinará a ata da
46 reunião ocorrida nos dias 06 e 07/12/2017, por não retratarem o que de fato ocorreu. Passou-se, então, à votação
47 referente à aprovação da ata da reunião realizada nos dias 06 e 07/12/2017. Com oito votos favoráveis, um
48 contrário e duas abstenções, o documento foi aprovado. Em seguida foi votada a aprovação da ata do dia
49 22/12/2017. O documento foi aprovado com oito votos favoráveis e duas abstenções. Iniciando os informes, o
50 Presidente deu as boas vindas aos conselheiros e a toda a comunidade neste início de exercício de 2018. Disse
51 que não se estenderá, por existir a proposta de se fazer uma reunião de início de trabalhos com os docentes e
52 outra com os técnicos, em que serão apresentadas atividades executadas em 2017, bem como proposições para
53 2018. Falou sobre uma notícia que será veiculada no site institucional, dando publicidade ao mestrado
54 PROFEPT, ofertado pelo Instituto na modalidade semipresencial, no *Campus* Rio Pomba. Destacou a
55 importância de que, para esse edital em rede, o IF Sudeste, juntamente com as outras unidades, oferece
56 cinquenta por cento das vagas para seus técnicos e professores. Assim, entre 24 vagas, 12 estão reservadas para
57 servidores efetivos do IF Sudeste MG. Falou também sobre o horário de funcionamento do *campus*, com
58 encerramento das atividades às 19 horas, que será estendido até o dia 16/02/2018. Desejou um bom ano de
59 2018, e que possamos manter um ambiente de trabalho saudável e agradável para os servidores e para a
60 comunidade. Mencionou, ainda, a busca de reconhecimento do *campus* e do Instituto, como uma política
61 pública, na cidade e região. Reforçou o cenário atual de instabilidade institucional. Relatou que estão se
62 iniciando as comemorações pelos dez anos de criação da rede, apesar das instituições técnicas e tecnológicas
63 possuírem mais de cem anos de funcionamento. Destacou a importância de se obter o reconhecimento da
64 comunidade externa, como uma instituição de referência em ensino público, gratuito e de qualidade. Dessa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

65 forma, sugeri que fossem deixados de lado os aspectos pessoais, agindo-se profissionalmente e com empenho
66 em favor da instituição que passa por um momento delicado dentro do contexto atual. Em seguida, o presidente
67 passou à justificativa das faltas dos conselheiros. O conselheiro César não participou da reunião por estar em
68 período de férias, sendo representado por seu suplente, Jackson. A conselheira Lívia, por motivos pessoais,
69 também não pôde participar e, em seu lugar, fez-se presente sua suplente, Juliana. Justificou, ainda, a ausência
70 da conselheira Esther, que está tratando de sua saúde. Após isso, passou-se à aprovação da pauta da reunião. O
71 Presidente questionou se haveria alguma manifestação relacionada à pauta. Não havendo, deu sequência à
72 votação. Com oito votos favoráveis e uma abstenção, a pauta foi aprovada. A seguir, passou-se à definição do
73 teto da reunião. Foi sugerido, como teto, as dezoito horas, o que foi aprovado por unanimidade. Abriu-se, então,
74 para manifestações dos conselheiros. Janaína propôs a realização de uma reunião extraordinária para deliberação
75 acerca dos dois temas que seguem: 1. Análise do parecer da CCS, em relação a um recurso encaminhado pela
76 servidora Stela. Sobre este item, explicou que, caso fosse discutido apenas na próxima reunião ordinária, haveria
77 uma extrapolação dos prazos, e relatou que a Pró-Reitoria de Pesquisa sugeriu, então, a solicitação de reunião
78 extraordinária. 2. Aprovação do Plano Anual de Qualificação (PLAQ), cuja discussão em reunião extraordinária
79 justifica-se, também, devido aos prazos, considerando-se, inclusive, a publicação de editais no mês seguinte.
80 Propôs, ainda, que os dois itens fossem classificados como casos específicos, e que tramitassem em regime
81 simplificado. O presidente questionou se algum conselheiro gostaria de se manifestar sobre o assunto. Não
82 havendo solicitações de fala, fez a leitura do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de *Campus*, que trata
83 da realização de reunião extraordinária. Em seguida, questionou se haveria impedimentos, por parte dos
84 conselheiros, para a realização da reunião. Diogo pediu a palavra e questionou se seria possível incluir na pauta
85 da reunião extraordinária o item “Revisão da Instrução Normativa n.º 08/2015, que regulamenta critérios de
86 afastamento para qualificação dos servidores técnico-administrativos em educação”, ao invés de incluí-la na
87 pauta da próxima reunião ordinária, conforme solicitado pelo conselheiro César. Ailton argumentou que seria
88 interessante que o item em questão ficasse para a próxima reunião ordinária, levando-se em conta o processo de
89 revisão da Portaria-R n.º 1.057/2014, que serviu de base para elaboração da IN n.º 08/2015. Disse, ainda, não ter
90 ficado claro para ele qual seria o ponto de partida para a revisão, se haveria uma proposta pronta ou se, caso
91 aprovado o pedido de inclusão, seria constituída uma comissão para revisão da referida Instrução Normativa.
92 Janaína sugeriu que se estabelecesse contato com Esther – por participar, como representante da CCS do
93 *campus*, do processo de revisão da Portaria-R n.º 1.057/2014 –, a fim de obter informações sobre o andamento
94 da revisão, bem como para que ela possa levar sugestões de alterações neste documento. Diogo explicou que a
95 proposta de revisão trata-se da inclusão de apenas um artigo na IN n.º 08/2015. Argumentou, ainda, que não se
96 sabe a data do término da revisão da Portaria-R n.º 1.057/2014. Além disso, falou sobre técnicos que estão em
97 processo de qualificação, necessitando do afastamento o mais rápido possível. Por fim, disse que seria uma
98 discussão rápida sobre acrescentar ou não um artigo de três linhas ao documento. Vitor pediu a palavra para
99 afirmar que as normas não podem ser criadas para atender interesses ou casos específicos de servidores, mas são

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

100 aplicadas para todos, independentemente das necessidades individuais. Diogo argumentou que, dessa forma,
101 poderiam ser postergadas, então, as necessidades e possibilidades de qualificação de servidores que dependam
102 do afastamento integral para se qualificarem, devido à metodologia adotada na pós-graduação. Ailton
103 questionou a clareza na forma em que foi apresentada a proposta de inclusão do item em pauta, com o intuito de
104 qualificar a discussão. Sugeriu que, havendo uma sugestão trabalhada, que fosse encaminhada para análise junto
105 à solicitação de inclusão, o que permitiria uma leitura e um embasamento, independentemente de explicações
106 presenciais durante a reunião. Janaína ratificou a fala do conselheiro Ailton, reforçou a importância de se
107 procurar membros da CCS, sobre esse assunto, e chamou a atenção para a complicação de se incluir um artigo
108 sem análise do documento todo. Concluiu colocando-se a favor de revisões e mudanças. O Presidente leu, então,
109 uma mensagem encaminhada pela conselheira Esther sobre o assunto em questão, na qual faz esclarecimentos
110 sobre os trabalhos da Comissão de Revisão do Normativo Interno de Afastamento de Servidores e coloca-se à
111 disposição para levar à Reitoria sugestões do *campus* para alteração do documento base (Portaria-R n.º
112 1.057/2014). Em seguida, o Presidente disse, em consonância à fala do conselheiro Ailton, que a solicitação de
113 inclusão do item em pauta não deixou claro se a proposição seria de que fosse constituída uma comissão para
114 revisão da normativa ou se já haveria uma proposta de alteração. Ressaltou que, historicamente, na instituição,
115 ao se realizar um processo de alteração desse tipo de documento, é de praxe que se realize uma consulta pública.
116 Assim, questionou essa possibilidade, de forma que fosse referendada pelo Conselho após divulgação. Diogo
117 disse, então, ser pertinente aguardar e que o item entrasse em pauta da próxima reunião ordinária do Conselho.
118 Explicou que foi apenas uma sugestão, e que, considerando os argumentos apresentados pelos colegas e o tipo
119 de tema, a discussão da matéria se estenderá por um tempo maior. O Presidente questionou se o pedido é que o
120 item seja incluído na próxima reunião ordinária, o que foi confirmado por Diogo. O Presidente reforçou que não
121 estão sendo colocados impedimentos em relação à discussão do tema, e que é importante que documentos sejam
122 revistos e atualizados, considerando-se as mudanças de contexto institucional. Carlos ratificou a sugestão do
123 presidente sobre a consulta pública. Diogo sugeriu que seja deliberado que na próxima reunião do Conselho seja
124 apresentada a proposta de alteração, a fim de agilizar o processo. Pediu que ele e César fossem indicados como
125 relatores da matéria, para que apresentem o parecer na próxima reunião, após o documento ter passado por
126 consulta pública. Juliana questionou que a relatoria, por seu caráter, deva ser feita por outro conselheiro. Janaína
127 ratificou a fala de Juliana e questionou os trâmites necessários para que o processo entre pauta, como a
128 apresentação de um anteprojeto e o tempo hábil para relatoria. Juliana disse que é importante esclarecer para a
129 comunidade que a consulta pública refere-se à elaboração de uma proposta que ainda passará por relatoria e
130 deliberação do Conselho. Ailton reforçou, uma vez mais, a falta de clareza sobre quem seriam os responsáveis
131 pela revisão. Sugeriu que fosse deliberada a inclusão do item em pauta e, na sequência, fosse estabelecida a
132 metodologia de trabalho. O Presidente reforçou a possibilidade de se encaminhar a sugestão de alteração à
133 comissão da Reitoria que está fazendo a revisão do documento base. Diogo questionou a morosidade de
134 encaminhamentos partidos da Reitoria. O Presidente sugeriu como possibilidade que fosse feito um comunicado

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

135 ao Reitor solicitando celeridade no processo de revisão da Portaria n.º 1.057/2014, levando-se em conta a
136 necessidade da conclusão dos trabalhos da comissão responsável para que possa ser revista a IN 08/2015 do
137 *campus*. Juliana sugeriu que fosse feita a votação sobre a criação de uma comissão de revisão da IN. Janaína
138 informou que o trabalho da comissão de revisão da Portaria n.º 1.057/2014 está adiantado, tendo sido realizadas
139 várias reuniões. Explicou que talvez não haja tempo suficiente para solicitar a alteração no documento base.
140 Informou, ainda, que haverá no dia 8 reunião do Comitê de Pesquisa, colocando-se à disposição para levar essa
141 questão ao referido comitê. O Presidente sugeriu uma síntese das questões levantadas: 1. Inclusão do item em
142 pauta na próxima reunião ordinária, sendo constituída uma comissão para elaboração de documento a ser levado
143 à consulta pública; 2. Encaminhamento das sugestões à Reitoria, com solicitação do Presidente do Conselho
144 para celeridade nos trabalhos da comissão responsável pela revisão da Portaria n.º 1.057/2014; 3. Constituição
145 de comissão para revisão da IN 08/2015. Questionou se seriam esses os possíveis encaminhamentos. Diogo
146 disse achar a primeira proposta a mais pertinente e sugeriu que fosse feito um documento no *campus* e, em
147 paralelo, fosse solicitada celeridade junto à Reitoria. Ailton sugeriu que se votasse a constituição de uma
148 comissão. O Presidente questionou ao conselheiro Diogo se ele estava solicitando a supressão do pedido de
149 inclusão de item em pauta feito por um terço dos conselheiros. Reforçou que, a partir do debate entre os
150 conselheiros, foi feita a deliberação pela votação acerca da constituição de uma comissão para revisão da IN n.º
151 08/2015, que ficará a cargo de elaborar uma proposta de alteração no documento, levá-la à consulta pública e,
152 após isso, efetuar uma análise para apresentação de um novo documento ao Conselho. Questionou se estava
153 correto, e obteve confirmação por parte dos conselheiros. Passou-se, então, à votação. Com oito votos
154 favoráveis e um contrário, foi aprovada a constituição de comissão para revisão da IN n.º 08/2015. O Presidente
155 propôs que os conselheiros solicitantes da inclusão do item em pauta participassem da comissão. Janaína
156 sugeriu que um membro da CCS também fizesse parte de sua composição. Juliana sugeriu também a
157 participação de um representante da Gestão de Pessoas e de um representante TAE que não faça parte do
158 Conselho de *Campus*. Diogo afirmou não haver necessidade de participação dos conselheiros docentes.
159 Argumentou, ainda, que um membro representante da Gestão de Pessoas já seria um técnico administrativo que
160 não participa do Conselho, além de possuir assento na CCS. Não havendo mais colocações, iniciou-se a votação
161 pela realização de reunião extraordinária com os itens de pauta solicitados por Janaína, sendo aprovada por
162 unanimidade. O conselho decidiu pela realização da reunião no dia 22/02/2018. Devido à remoção do item um
163 da pauta, conforme acima, passou-se à matéria seguinte. **Item dois: Processo n.º 23503.001051/2017-40 –**
164 **Matriz Curricular do ano de 2018 do curso de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação.**
165 Devido à ausência do conselheiro César, relator da matéria, seu suplente, Jackson, fez a leitura do parecer,
166 desfavorável à aprovação da Matriz Curricular. Abrindo as discussões, Ailton relatou que o PPC do ano de
167 2017, do curso, foi aprovado na última reunião ordinária do Conselho. Argumentou que a inclusão do PPC na
168 pauta do Conselho de *Campus* deu-se pelo fato de que o curso já existia, já havia passado por processo de
169 reconhecimento, e estava agendada visita de renovação de reconhecimento, que foi desmarcada, assim como os



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

170 novos agendamentos, devido a uma série de fatores. Explicou que uma das etapas que precede essa visita é a
171 inserção de dados no sistema e-MEC, no qual foram incluídos dados novos sobre o *Campus*, pois, no momento
172 da criação do curso, havia apenas o Prédio I. Citou também a alteração no acervo da Biblioteca, entre outras
173 questões. Segundo sua fala, isso motivou uma atualização no documento, mas não da Matriz Curricular. Por
174 isso, precisava ser aprovado. Relatou, ainda, estar com a pendência do envio de uma consulta à Pró-Reitoria de
175 Ensino, indagando sobre o papel do Conselho de *Campus* em relação aos cursos, pois o NDE, composto por
176 professores da área, está mais qualificado para tratar dos rumos do curso. Questionou a necessidade de que até a
177 troca de uma bibliografia deva passar por deliberação do Conselho. Disse que essa situação, por um lado, onera
178 este órgão, e, por outro, tolhe a autonomia do Núcleo Docente Estruturante, do Colegiado de Curso e da
179 Coordenação de Curso. Explicou, em relação ao interstício de tempo, que a última Matriz Curricular implantada
180 foi a do ano de 2014, que está disponível no site, e é a mesma que se encontra no PPC de 2017. Logo, de 2014 a
181 2018, respeita-se o prazo mínimo de três anos. Destacou a presença da professora Teresinha na última reunião
182 do Conselho, na qual ela explicou os motivos de se estudar uma nova matriz para o curso. Expôs que o
183 Colegiado do Curso e o NDE entenderam, em face da participação dos alunos no ENADE, que essa alteração
184 seria pertinente para adequação do perfil do profissional em formação. Ailton argumentou, ainda, que o PPC de
185 2017 foi aprovado por uma necessidade documental, e que a matriz tem três anos, portanto, não está sendo
186 alterada de um ano para o outro, já que é de 2014. Além disso, lembrou a fala do conselheiro Carlos na última
187 reunião, sobre o funcionamento do processo de criação e aprovação de curso até a primeira versão do RAG,
188 quando não era necessário que esse tipo de documento passasse pelo Conselho de *Campus*. Finalizando sua fala,
189 manifestou sua discordância à recomendação de reprovação da Matriz Curricular em análise. O conselheiro
190 Diogo pediu a palavra, discordando também da reprovação do documento analisado. Reforçou que faz parte da
191 SPA, no *Campus*, e da CPA, na Reitoria, e relatou ter participado das avaliações do curso de Gestão da
192 Tecnologia da Informação, nos dois momentos, e que, durante o mandato de Carlos, como Diretor de Ensino, o
193 curso obteve quatro pontos. Disse que as alterações da matriz que falam sobre inclusão, diversidade e cidadania,
194 foram realizadas a partir de recomendações dos avaliadores do MEC em 2014. A conselheira Ivete pediu a
195 palavra também para discordar do parecer do relator. O conselheiro Carlos, em concordância com Ailton e
196 Ivete, falou sobre a complexidade na elaboração do PPC e questionou como seria a sequência do processo de
197 aprovação, após a relatoria desfavorável. Vitor pediu a palavra para falar sobre o “engessamento” das matrizes
198 curriculares, que não permitem ao discente, individualmente, escolhas em sua formação. Questionou o
199 dimensionamento das unidades curriculares, que não atendem aos interesses de formação sólida do aluno, e
200 discorreu sobre as repercussões na vida profissional dos alunos. Por fim, sugeriu que, em relação a todos os
201 cursos, se pensasse nessa questão. Janaína reforçou a fala de Vitor e mencionou a importância do contraditório
202 nas discussões. Passou-se, então, à votação da Matriz Curricular do ano de 2018 do curso de Tecnologia em
203 Gestão da Tecnologia da Informação. Com sete votos favoráveis e duas abstenções, o documento foi aprovado.
204 **Item três: Processo n.º 23503.001052/2017-94 - Matriz Curricular do ano de 2018 do curso Técnico em**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

205 **Administração.** Devido à ausência da conselheira Esther, relatora da matéria, Janaína fez a leitura do parecer
206 favorável à aprovação da Matriz Curricular. O Presidente questionou se haveria alguma manifestação dos
207 conselheiros sobre a matéria. Não havendo, passou à votação do documento em análise que, com oito votos
208 favoráveis e uma abstenção, foi aprovado. **Item 4: Processo n.º 23503.001054/2017-83 – Projeto Político**
209 **Pedagógico do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.** A conselheira Ivete, relatora da
210 matéria, fez a leitura de seu parecer, favorável à aprovação do documento. Vitor reforçou o que disse
211 anteriormente, sobre o dimensionamento das unidades curriculares. Observou a existência de apenas uma
212 unidade optativa no curso, de cujo PPC trata a matéria. Perguntou à Relatora sobre a curricularização da
213 extensão e da relação da extensão com a pesquisa no curso, uma vez que, no PPC, a extensão apresenta-se
214 somente nas unidades extracurriculares. Então, questionou se a Relatora avalia como suficiente o espaço da
215 extensão no curso. Ivete explicou que pensou nesse ponto, mas considerando-se que o projeto é de 2017, e que
216 está para acontecer uma visita para avaliação do curso, achou prudente que questão fosse tratado na próxima
217 reunião do NDE. Em relação ao trabalho social, relatou que o curso já possui a parte do estágio. Reforçou que a
218 extensão tem sido gradativamente trabalhada, crescendo-se o número de adeptos, mas que, porém, essa não era
219 uma realidade no momento da criação do curso. Segundo ela, é algo a ser acertado neste momento. Afirmou que
220 isso deve ser transmitido aos alunos, para que procurem, não só dentro da sala de aula, mas também fora, para
221 que compreendam a importância do enriquecimento de seus currículos. Janaína pediu a palavra para falar sobre
222 a pertinência da presença da pesquisa e da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos. Ivete sugeriu que se
223 buscasse uma proximidade maior entre professor, coordenador, extensão e aluno. O Presidente, como professor
224 do curso, disse pensar faltar no documento as ações de extensão que já são desenvolvidas. Carlos disse que,
225 possivelmente, o curso de Gestão em Recursos Humanos é um dos que mais desenvolve atividades
226 extracurriculares em extensão, sem que, talvez, saibam que o estão fazendo. Sugeriu que essa informação fosse
227 levada aos professores, algo que pode ser favorecido pelo trabalho com o PID. Janaína relatou que têm sido
228 desenvolvidas ações com o intuito de minimizar esse quadro, buscando-se falar mais sobre extensão. Disse que
229 no SIMPESQ foram ministradas duas oficinas, uma para discussão de editais, incluindo de extensão, e outra
230 para discutir as diretrizes da extensão. Assim, afirmou estar tentando abrir esse espaço, mas a participação dos
231 professores foi pequena, com a presença, nas duas, de apenas um docente e um técnico administrativo. Sugeriu
232 que, no PPC, na parte de apresentação da instituição, possa-se falar da pesquisa e da extensão, mesmo que não
233 seja para falar exclusivamente das ações que estão sendo desenvolvidas. Ressaltou que a empresa júnior também
234 nasceu da proposta de projetos de extensão. Ailton disse que, em relação ao PPC em discussão, é o maior
235 documento do tipo que temos hoje, e que essas questões colocadas foram contempladas. Tendo sido feito um
236 trabalho de depuração do documento, que a ele parece estar em um patamar diferenciado em relação a outros
237 que já possam ter passado pela apreciação do Conselho. Disse, ainda, ser um documento que está mais
238 estruturado, e que talvez sirva de guia para pensarmos, para o futuro, nessas inserções em outros documentos.
239 Carlos afirmou ter, às vezes, dificuldade de se adequar ao gênero da extensão, e disse achar o diálogo com os

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI

240 colegas essencial, nesse sentido. Em seguida, parabenizou a professora Sâmara pela construção do documento.
241 Após isso, o Presidente passou à votação do documento em análise. Com oito votos favoráveis e uma abstenção,
242 foi aprovado o Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. Antes do
243 encerramento, o conselheiro Diogo pediu a palavra para informar aos demais e à comunidade que está
244 acompanhando a transmissão, que os equipamentos para acessibilidade chegaram. Falou, ainda, sobre a saída do
245 servidor Jonata, devido à aprovação em concurso para a Universidade Federal do Pará. Reforçou sua
246 competência e a importância de seu trabalho para o *campus*. O Presidente do Conselho, em consonância à fala
247 de Diogo, reafirmou que o novo cargo público é positivo para o servidor, permitindo que alcance objetivos
248 maiores, mas que, porém, é uma perda para a instituição, devido ao perfil profissional. Falou sobre o cenário
249 atual e sobre o desafio para suprir a ausência de Jonata no *campus*. Não havendo mais a tratar, o Presidente
250 encerrou a reunião às dezessete horas e vinte e três minutos, agradecendo a todos. E, para constar, eu, Samuel de
251 Souza Resende, _____, secretário desta reunião, lavrei a presente ata que, se aprovada, será
252 assinada por todos os conselheiros presentes. São João del-Rei, primeiro de fevereiro de dois mil e dezoito.

253 Atualpa Luiz de Oliveira: _____

254 Ailton Magela de Assis Augusto: _____

255 Carlos Augusto Braga Tavares: _____

256 Débora Ferreira Matias: _____

257 Diogo Pereira Matos: _____

258 Isabella Cristina Moraes Campos: _____

259 Ivete Sara de Almeida: _____

260 Jackson de Souza Vale: _____

261 Janaína de Assis Rufino: _____

262 Juliana Rodrigues de Almeida: _____

263 Luciana Laudares de Castro: _____

264 Vitor Cordeiro Costa: _____